



Confederação da Agricultura
e Pecuária do Brasil

INFORME CNA

DA SEMANA 28 MAR a 3 ABR/2016

facebook.com/canaldoprodutor

twitter.com/canaldoprodutor

canaldoprodutor.com.br

28 de Março

Mapa cria câmara temática para sanidade agropecuária

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) criou a Câmara Temática Temporária do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa). O órgão, cuja finalidade é aumentar a capilaridade da inspeção dos alimentos de origem animal e vegetal, foi instituído pela Portaria nº 65, publicada no Diário Oficial da União.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) é membro da Câmara,



tendo como titular o coordenador de Produção Animal e Rastreabilidade, Juliano Hoffmann, e como suplente a coordenadora de Produção Agrícola, Natália Fernandes. Também compõem a Suasa representantes da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), Secretaria de Integração e Mobilidade Social (SIMS); Associação Brasileira de Municípios (ABM), Confederação Nacional de Municípios (CNM), Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Preço de milho preocupa produtores de aves e suínos

Responsável por 70 a 80% da composição da ração animal, o milho tem trazido preocupação para os produtores de aves e suínos. A alta do preço do grão no comércio brasileiro e a diminuição dos estoques públicos nas regiões consumidoras impulsionaram as cadeias produtivas a discutir medidas emergenciais para abastecer o mercado com preços acessíveis e, assim, reduzir prejuízos.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), entre janeiro e fevereiro deste ano, o Brasil exportou 9,8 milhões de toneladas de milho, mais que o dobro do embarcado no mesmo período de 2015, quando acumulou 4,2 milhões de toneladas. Essa alta, somada à desvalorização do real frente ao dólar, pressiona os custos de produção de aves e suínos, já que o grão pode impactar 70% no total dos custos.

Enquanto o setor produtivo de milho se redesenhou, investindo em produtores capacitados, armazéns próprios nas propriedades e desenvolvendo a infraestrutura logística para escoamento da safra de Mato Grosso para fora do país pelo Arco Norte, a produção independente de aves e suínos pouco se atentou a mecanismos de proteção de



A melhoria no programa de venda do milho balcão, a utilização de instrumentos governamentais para o escoamento dos excedentes do grão das regiões produtoras e a desoneração de PIS e COFINS para importação de outros países estão entre as principais medidas discutidas pela Comissão Nacional de Aves e Suínos da CNA.

mercado para seus principais insumos, o milho e a soja. “Por conta disso, alguns produtores brasileiros vêm importando o milho de países vizinhos, mas para tanto, precisamos nos certificar dos impactos das medidas para desonerar os tributos PIS e COFINS e aliviar, de fato, o bolso do produtor”, explicou o presidente da Comissão e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal (FAPE/DF), Renato Simplício.

30 de Março

Política de crédito agrícola diferenciada é a grande demanda dos produtores do Nordeste

A Comissão Nacional de Política Agrícola da CNA encerrou, em Natal, (RN), o ciclo de workshops para levantar propostas de aprimoramento para o Plano Agrícola e Pecuário 2016/2017. As demandas dos produtores de todas as regiões do país e mais MATOPIBA (Maranhão, Tocantins,

Piauí e Bahia) foram recebidas e serão compiladas num conjunto de propostas que, em breve, será encaminhado ao Mapa.

As maiores expectativas dos produtores da região Nordeste dizem respeito a uma

política diferenciada de crédito agrícola para o semiárido nordestino, a garantia de preços mínimos para alguns produtos, acesso a insumos para alimentação animal, como milho e soja, além de seguro agrícola igualmente diferenciado para os produtores da região da Superintendência

do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Segundo o presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Norte (FAERN) e presidente da Comissão Nacional da Região Nordeste do Brasil da CNA, José Vieira, anfitrião do encontro, é fundamental enxergar a relevância de uma política diferenciada para a região a partir de dificuldades específicas de quem produz no semiárido. “Daí a importância

do workshop desta quarta-feira, no qual todos os participantes agregaram valiosas informações a serem incluídas no Plano Safra 2016/2017”, lembrou.

Para o presidente da Comissão Nacional de Política Agrícola da CNA e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG), José Mário Schreiner, as reuniões buscaram traduzir os anseios dos produtores das regiões para que se

possam atender suas reais necessidades. “Essa iniciativa inovadora vai tornar o Plano Agrícola ainda mais democrático”, disse.



Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da CNA debate momento do País



O atual momento político e econômico vivido pelo país e a repercussão na definição das questões fundiárias foram apresentados pelo professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Denis Rosenfield, durante reunião da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da CNA. Para o presidente da Comissão, Paulo Ricardo Sousa Dias,

“o atual momento vivido pela sociedade brasileira, certamente histórico, atinge diretamente o produtor rural, mas estamos atentos para nos orientar quanto ao que influencia a atividade agropecuária”.

Outro assunto abordado na reunião, que tem preocupado a Comissão, foi o Imposto Territorial Rural (ITR) cujas normas são executadas de acordo com convênio assinado entre a Receita Federal (SRF) e as prefeituras, em centenas de municípios. Por esse documento, o produtor deve informar o Valor da Terra Nua (VTN) à SRF. Ocorre que os dados informados pelas prefeituras, na maioria das vezes, são baseados em valores de mercado, elevando o VTN. Diante disso, a Comissão mantém contato com as federações estaduais de agricultura

e pecuária para que orientem os sindicatos de produtores rurais a fim de alertarem aos prefeitos sobre a utilização correta do conceito do VTR, de forma a evitar prejuízos ao agricultor.

Presente à reunião, o deputado Afonso Hamm (PP/RS) detalhou aos integrantes da Comissão os objetivos do projeto de Lei 6.999/2013 de sua autoria, que estabelece punições a quem pratica o crime de abigeato (furto de animais) e já em tramitação no Congresso Nacional. Para o parlamentar, “o abigeato é um dos crimes que mais ameaçam o patrimônio do produtor rural, além de ser um grande problema de saúde pública, pois a carne dos animais abatidos é comercializada clandestinamente sem a fiscalização da vigilância sanitária”.

31 de Março

Projeto que trata de contratos de integração agroindustrial é aprovado na Câmara dos Deputados

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou na tarde desta quinta-feira (31/03), o Projeto de Lei (PL) 6.459/13, originário do Senado Federal, que trata dos contratos de integração e cria mecanismos mínimos de transparência, como: divisão de riscos inerentes à atividade – inclusive os riscos existentes na gestão ambiental da propriedade e canais de diálogo paritários, composto por representações de integrados e integradores para o acompanhamento, desenvolvimento e conciliação da relação entre as partes.

De acordo com o presidente da Comissão Nacional de Aves e Suínos da CNA e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal (FAPE/DF), Renato Simplício, o documento foi amplamente discutido junto com entidades representativas do setor



produtivo e as indústrias até se chegar a um consenso. “A aprovação desse projeto, nesse momento turbulento da política, é uma grande vitória, já que ele está em pauta desde o ano passado”, observou. “Contamos com a articulação do setor e lideranças parlamentares para obter essa aprovação”, acrescentou.

A relação de integração é pactuada em contrato no qual o produtor rural se responsabiliza por parte do processo

produtivo, dividindo custos e riscos de mercado com a agroindústria integradora. O produtor tem ainda a obrigação de comercializar sua produção como matéria-prima a ser processada pela integradora e transformada no produto final. É um modelo de produção amplamente utilizado nos setores da laranja, maçã, fumo, aves e suínos, que repassam a produção à agroindústria.

O PL foi aprovado na forma de um substitutivo do deputado Valdir Colatto (PMDB/SC), relator em plenário pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio, que se utilizou da proposta acordada pelas entidades representativas e entregue aos parlamentares no dia 24 de setembro de 2015, em evento realizado pela CNA, para celebrar o acordo. Devido às mudanças feitas no texto, a matéria retornará ao Senado para depois seguir à sanção presidencial. 🌱